



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE ERECHIM EM 1º.07.2015

Ao primeiro dia do mês julho de 2015, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Erechim a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0002823-86.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Diretor do Foro Luís Antônio Mecca, pela Coordenadora Ivone Fátima Munarini e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### **1 INFORMAÇÕES GERAIS**

**Data da última correição realizada:** 20.08.2014

**Data de Instalação do PJe:** 13.11.2012

**Jurisdição:** Barra do Rio Azul, Barão de Cotegipe, Benjamin Constant do Sul, Birigui, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebango, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, Severiano de Almeida, São Valentim, Três Arroios, Viadutos, Áurea

**1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 1º.07.2015**

### **2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL**

#### **2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA**

Juiz Diretor do Foro	Titularidade
Luís Antônio Mecca	2ª Vara do Trabalho de Erechim

#### **2.2 SERVIDORES**

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Erechim gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.



## 2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Ivone Fátima Munarini	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Coordenadora (CJ1)</b>	07.12.2005
2	Giovana Andréia Petzen	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	06.04.2015
3	Antoninho Mumbach Preussler	<b>Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança</b>	-	12.04.2007

Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	<b>Abdallah Ribeiro Makki</b>	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	07.12.2005
2	<b>Antônio Fagherazzi Júnior</b>	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	09.12.2005
3	<b>Eder Ismael Weiers</b>	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	07.01.2011
4	<b>Ricardo Alexandre Costa</b>	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	09.06.2008
5	<b>Tânia Beatriz Brendler</b>	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	08.10.2012

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 29.05.2015)

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão



suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

### 2.2.3 Afastamento dos Servidores durante o período correccionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro			
Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
1 <b>Antoninho Mumbach Preussler</b> (Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança)	Curso ou Evento	5	21
	Licença-paternidade	5	
	Trabalho nas Eleições	1	
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	10	
2 <b>Giovana Andréia Petzen</b> (desde 06.04.2015)*	-	-	-
3 <b>Ivone Fátima Munarini</b>	Curso ou Evento	6	6

Servidores Lotados na Central de Mandados			
Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
1 <b>Abdallah Ribeiro Makki</b>	Doença em Pessoa da Família	1	1
2 <b>Antônio Fagherazzi Júnior</b>	-	-	-
3 <b>Eder Ismael Weiers</b>	-	-	-
4 <b>Ricardo Alexandre Costa</b>	-	-	-
5 <b>Tânia Beatriz Brendler</b>	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 29.05.2015)

\* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

### 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1 Loidi Alves da Silva	14.11.2013	05.04.2015	1 ano, 4 meses e 22 dias	Aposentadoria



### Servidores Lotados na Central de Mandados

Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
-	-	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 29.05.2015)

### 2.2.5 Estagiários

A Unidade Judiciária não conta com estagiário, conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 29.05.2015.

### 2.3 CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DURANTE O PERÍODO CORRECIONADO

#### Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro

Servidor	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
1 <b>Antoninho Mumbach Preussler</b> (Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança)	-	8	98	<b>106</b>
2 <b>Giovana Andréia Petzen</b>	-	8	295	<b>303</b>
3 <b>Ivone Fátima Munarini*</b>	-	18	87	<b>105</b>

#### Servidores Lotados na Central de Mandados

Servidor	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
1 <b>Abdallah Ribeiro Makki</b>	-	-	45	<b>45</b>
2 <b>Antônio Fagherazzi Júnior</b>	20	8	150	<b>178</b>
3 <b>Eder Ismael Weiers</b>	-	-	5	<b>5</b>
4 <b>Ricardo Alexandre Costa</b>	-	-	1,5	<b>1,5</b>
5 <b>Tânia Beatriz Brendler</b>	-	-	75	<b>75</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 29.05.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária).

\* Gestora da Unidade Judiciária.



### **3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO**

#### **3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS**

<b>CERTIDÕES NEGATIVAS</b>			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
<b>2013</b>	970	R\$ 5.189,10	R\$ 180,00
<b>Média mensal – 2013</b>	80,83	R\$ 432,43	R\$ 15,00
<b>2014</b>	630	R\$ 3.467,34	R\$ 22,00
<b>Média mensal – 2014</b>	52,50	R\$ 288,95	R\$ 1,83
<b>Variação 2013-2014</b>	-35,05%	-33,18%	-87,78%
<b>2015 (até abril)</b>	210	R\$ 1.166,19	R\$ 0,00

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 16.06.2015)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 52,50 certidões negativas por mês em 2014, média 35,05% inferior à verificada no ano anterior. Por sua vez, nos quatro primeiros meses de 2015, a média mensal permanece exatamente a mesma do ano anterior: 52,50.

Via de regra, as certidões negativas são confeccionadas e entregues no momento de sua solicitação. A documentação necessária para confecção da certidão é conferida ao ser protocolado o requerimento e devolvida à parte. Após a expedição da certidão, os requerimentos (e a procuração, quando acompanhar o requerimento) e a guias comprovante de recolhimento de emolumentos (GRU) são arquivados na Unidade.

#### **3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS**

##### **3.2.1 Reclamadas**

<b>UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS</b>			
	Unificadas	Não unificadas	Total
<b>Reclamadas</b>	6.421 – 44,39%	8.043 – 55,61%	14.464
<b>Processos com reclamadas</b>	29.551 (totalmente) – 75,22%	8.259 – 21,02%	39.286
	1.476 (parcialmente) – 3,76%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 16.06.2015, 16h19min)



Em observância ao disposto no §º4 do art. 41 da CPCR, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região. Segundo as informações prestadas pelo Coordenador, não houve a necessidade de unificação dos dados cadastrais das reclamadas no sistema inFOR, em face da implantação do Processos Judicial Eletrônico (PJe-JT) em novembro de 2012. Em relação ao cadastro de novas reclamadas em atendimento à determinação das Varas do Trabalho, a Unidade verifica a existência de cadastro prévio, prosseguindo-se posteriormente com o registro dos demais campos e unificando-se o cadastro ao final.

De acordo com os dados do sistema informatizado, consultados no dia 16.06.2015, apenas 44,39% das reclamadas do Foro de Erechim encontravam-se com cadastro unificado. Os processos com cadastro de reclamadas totalmente unificado representavam 75,22% dos processos que tramitam na Comarca.

Esses números apontam pequena evolução em relação aos dados colhidos na Inspeção Correccional de 2013, cujo número de reclamadas unificadas era de 6.350, correspondendo a um percentual de 44,35%.

### 3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
		Unificados	Não unificados	Total
<b>Endereços dos Advogados</b>		2.138 – 52,25%	1.954 – 47,75%	<b>4.092</b>
<b>Processos com Endereços de Advogados</b>	<b>Reclamante</b>	25.496 (totalmente) – 64,90%	13.723 – 34,93%	<b>39.286</b>
		67 (parcialmente) – 0,17%		
	<b>Reclamada</b>	25.663 (totalmente) – 65,34%	12.313 – 31,35%	<b>39.275</b>
		1.299 (parcialmente) – 3,31%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 16.06.2015, 16h21min)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 52,25% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Erechim encontravam-se unificados, restando 1.954 endereços de advogados não unificados. Além disso, nos processos cadastrados na Comarca, os endereços dos advogados de reclamantes vinculados se encontravam totalmente unificados em 64,90% dos processos, enquanto os processos com endereços de advogados de reclamadas totalmente unificados alcançaram 65,34%.

Salienta-se que, na comparação com a Inspeção Correccional do ano de 2014, houve pequena evolução no percentual de unificações de endereços de advogados, quando constatado que 51,58% dos endereços de advogados possuíam cadastro unificado em 14.08.2014; por sua vez, o número de endereços de advogados não unificados era de 1.951.





### 3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS			
	Unificados	Não unificados	Total
<b>Órgãos</b>	736 – 98,53%	11 – 1,47%	<b>747</b>
<b>Processos com Órgãos</b>	4.436 – 96,62%	155 – 3,38%	<b>4.591</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 16.06.2015, 16h25min)

De acordo com o sistema informatizado, no dia 16.05.2015, 98,53% do cadastro de órgãos públicos se encontrava unificado, restando apenas 11 Órgãos pendentes. Em relação aos processos com Órgãos unificados vinculados, 96,62% deles se encontravam unificados. Na comparação com os dados obtidos na Inspeção Correccional do ano de 2014, verifica-se que houve a unificação de apenas 3 órgãos no período entre as duas correções, permanecendo, no entanto, o mesmo número de cadastros não unificados.

### 3.3 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até abril)
<b>Carta de sentença</b>	8	6	-25,00%	0
<b>Embargos de terceiro</b>	0	1	-	5
<b>Outros</b>	2	0	-100,00%	0
<b>Reclamatória-ordinário</b>	2	0	-100,00%	0
<b>TEE multa DRT</b>	1	0	-100,00%	0
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>-46,15%</b>	<b>5</b>
<b>MÉDIA POR MÊS</b>	<b>1,08</b>	<b>0,58</b>	<b>-46,15%</b>	<b>1,25</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 16.06.2015)

Desde a implantação do sistema de processo judicial eletrônico PJe-JT no Foro Trabalhista de Erechim, em 13 de novembro de 2012 (Portaria Conjunta nº 7.230/2012), o cadastramento de processos físicos se restringe aos autos físicos arquivados antes da instalação do sistema informatizado inFOR e ações vinculadas a processos físicos já tramitando. Em face disso, os cadastros dessa natureza são cada vez mais escassos.

No ano de 2014, foram cadastrados 7 processos físicos no Foro, número 46,15% inferior as ações distribuídas em 2013. Mais de 85% dos cadastros realizados em 2014 se referem a cartas de sentença, enquanto nos 4 primeiros meses de 2015 foram cadastrados apenas 5 embargos de terceiro.



### 3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES DE PROCESSOS FÍSICOS

Petições e documentos protocolados			
	Total	Dias úteis	Média/dia
<b>2013</b>	17.763	233	76,24
<b>2014</b>	9.276	229	40,51
<b>Variação 2013-2014</b>	-47,78%	-1,72%	-46,87%
<b>2015 (até abril)</b>	2.377	66	36,02

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 16.06.2015)

Assim como no cadastro de processos físicos, o registro de petições e documentos protocolados nos processos físicos vêm apresentando grande redução após a implantação processo judicial eletrônico PJe-JT no Foro Trabalhista de Erechim.

No ano de 2014, foram protocoladas 9.276 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 40,51 registros diários de petições. Esse número foi 46,87% inferior àquele apresentado em 2013. Por sua vez, no período de janeiro a abril de 2015, a média diária de protocolo de petições caiu para 36,02.

### 3.5 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCR, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Erechim fica em sala contígua à Coordenadoria de Distribuição dos Feitos. Os processos arquivados são encaminhados em guias pelas Varas do Trabalho, as quais são conferidas na Coordenadoria quanto ao número dos processos, ao nome das partes, à numeração de volumes e à existência de despachos determinando o arquivamento. Após, é feita a identificação do lote de arquivamento e a remessa dos processos ao arquivo.

Conforme a vistoria feita na data da inspeção correcional, constatou-se a separação dos processos enviados para arquivamento por Vara do Trabalho. Os processos estão separados em lotes, com informação sobre a Vara a que estão vinculados, o número de ordem e o ano do arquivamento. O arquivo encontrava-se muito bem organizado, apesar da precariedade e do pouco espaço disponível.





### 3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS – PROCESSOS FÍSICOS

Processos em carga com prazo excedido			
Processo	Data da carga	Data prevista para devolução	Prazo de carga excedido (em dias)
0000609-53.2011.5.04.0521	04.05.2015	14.05.2015	38 dias
0000924-15.2010.5.04.0522	19.05.2015	29.05.2015	23 dias
0001008-19.2010.5.04.0521	27.05.2015	08.06.2015	14 dias
0000881-81.2010.5.04.0521	28.05.2015	08.06.2015	14 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR no dia da correção, em 01.07.2015)

A partir da análise do livro carga de processos arquivados, constatou-se a existência de 04 processos em carga com prazo de devolução vencido, sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes.

## **4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS**

### **4.1 DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS**

**Setor 1 – Ricardo Alexandre Costa.** Composto pelos Municípios de Barão de Cotegipe, Benjamin Constant do Sul, Erval Grande, Faxinalzinho, Itatiba do Sul, Ponte Preta e São Valentim.

**Setor 2 - Tânia Beatriz Brendler.** Composto pelos Municípios de Aratiba, Barra do Rio Azul, Campinas do Sul, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Jacutinga e Paulo Bento.

**Setor 3 – Antônio Fagherazzi Júnior.** Composto pelos Municípios de Carlos Gomes, Gaurama, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viadutos.

**Setor 4 – Abdallah Ribeiro Makki.** Composto pelos Municípios de Estação, Getúlio Vargas e Ipiranga do Sul.

**Setor 5 – Eder Ismael Weiers.** Composto pelos Municípios de Áurea, Centenário, Erebangó, Florianópolis, Quatro Irmãos e Charrua.

Também foi informado que todos os setores recebem mandados relativos ao cumprimento de mandados no Município de Erechim.

Em cumprimento ao disposto no art. 123 da CPCR, o Coordenador da Central de Mandados atestou que o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é feito a cada seis meses.



## 4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

Consoante o relato da Coordenadora da Central de Mandados, a distribuição dos mandados em processos físicos é feita de uma a duas vezes por semana. Os mandados oriundos do PJe-JT são distribuídos automaticamente no momento da assinatura pelo Juiz, exceto os mandados do Município de Erechim que são distribuídos manualmente de uma a duas vezes por semana.

O exame das certidões e dos autos lavrados pelos oficiais de justiça avaliadores é feito pelo Coordenador da Distribuição dos Feitos e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPR. Após essa análise, a devolução dos mandados é feita em, no máximo, 24 horas.

## 4.3. EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

### 4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Processos Físicos		
	Total	Média mensal
2013	972	81,00
2014	660	55,00
Variação 2013-2014	-32,10%	-32,10%
2015 (até abril)	202	50,50

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.05.2015)

Processos Eletrônicos (PJe-JT)		
	Total	Média mensal
2013	2.055	171,25
2014	1.718	143,17
Variação 2013-2014	-16,40%	-16,40%
2015 (até abril)	504	252,00

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 01.05.2015)

Em 2014, a Central de Mandados de Erechim recebeu 2.378 mandados, sendo 660 de processos físicos e 1.718 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 198,17 mandados recebidos. Verificase que houve redução de 32,10% na média mensal de mandados oriundos de processos físicos em 2014, ao passo que a média de mandados de processos eletrônicos caiu 16,40%. De toda forma, os dados dos primeiros 4 meses de



2015 indicam nova queda de 10,39% na média mensal de mandados recebidos.

#### 4.3.2. Cumprimento de mandados

<b>Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS</b>				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até abril)
<b>Busca e Apreensão</b>	5	4	-20,00%	0
<b>Citação</b>	156	124	-20,51%	50
<b>Condução de Testemunha</b>	1	0	-100,00%	0
<b>Notificação</b>	242	150	-38,02%	48
<b>Penhora</b>	380	236	-37,89%	62
<b>Outros</b>	186	150	-19,35%	40
<b>Total</b>	<b>970</b>	<b>664</b>	<b>-31,55%</b>	<b>200</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.05.2015)

<b>Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)</b>				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até abril)
<b>Intimação</b>	2	0	-100,00%	0
<b>Notificação</b>	1.684	1.196	-28,98%	286
<b>Mandado</b>	353	431	22,10%	188
<b>Ofícios</b>	44	88	100,00%	25
<b>Total</b>	<b>2.083</b>	<b>1.715</b>	<b>-17,67%</b>	<b>499</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 01.05.2015)

Foram cumpridos 2.379 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em 2014, dos quais 664 oriundos de processos físicos e 1.715 de processos eletrônicos. Considerando o número total de mandados recebidos das Varas (item 3.3.1 – 2.378 mandados), constata-se que foi cumprido 1 mandado a mais do que o número de recebidos no mesmo lapso.

Em 2014, a média de mandados cumpridos mensalmente, contando processos físicos e eletrônicos, foi de 198,25, média 22,08% inferior à de 2013. Em relação aos tipos de diligências recebidas, os mandados de penhora são os mais comuns nos processos físicos, enquanto as notificações são mais frequentes nos processos eletrônicos.



### 4.3.3. Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até abril)
<b>Busca e Apreensão</b>	5,00	15,00	200,00%	-
<b>Citação</b>	11,29	12,22	8,23%	7,54
<b>Condução de Testemunha</b>	1,00	-	-	-
<b>Notificação</b>	12,68	11,41	-9,97%	7,27
<b>Penhora</b>	21,12	19,35	-8,35%	20,42
<b>Outros</b>	8,19	9,16	11,87%	4,95
<b>Prazo médio geral</b>	<b>14,85</b>	<b>13,90</b>	<b>-6,39%</b>	<b>10,95</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.05.2015)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até abril)
<b>Intimação</b>	50,50	-	-	-
<b>Notificação</b>	8,36	5,92	-29,16%	7,05
<b>Mandado</b>	13,11	11,53	-12,06%	12,00
<b>Ofício</b>	3,98	3,58	-10,00%	3,16
<b>Média Geral</b>	<b>9,11</b>	<b>7,21</b>	<b>-20,87%</b>	<b>8,72</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 01.05.2015)

Em termos gerais, o tempo médio para cumprimento dos mandados de processos físicos pela Central de Mandados de Erechim reduziu 6,39% em 2014, na comparação com o ano anterior. Excluídas as intimações, que tiveram quantidade ínfima de diligências, os mandados de penhora foram os que demandaram maior tempo para cumprimento (média de 19,35 dias) pelos oficiais de justiça avaliadores, seguidos pelos mandados de busca e apreensão (média de 15 dias para cumprimento). Por outro lado, o cumprimento mais célere em 2014 é verificado nos mandados classificados como “outros” (9,16 dias). Os dados colhidos entre janeiro e abril de 2015 apontam nova queda do prazo médio para cumprimento dos mandados em processos físicos para 10,95 dias, que corresponde a um recuo de 21,21%.

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o lapso médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça



avaliadores também recuou 20,87% em 2014. Dentre esses, a maior queda foi registrada naqueles classificados como “notificações” (-29,16%). Os ofícios são as diligências com menor prazo médio de cumprimento (3,58 dias). As informações colhidas nos quatro primeiros meses de 2015, porém, apontam aumento do tempo médio para cumprimento dos mandados para 8,72 dias, lapso 20,93% superior ao verificado em 2014.

#### 4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS						
	2013		2014		2015 (até abril)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
<b>Busca e Apreensão</b>	0	0,00%	0	0,00%	0	-
<b>Citação</b>	16	10,26%	25	20,16%	11	22,00
<b>Condução de Testemunha</b>	0	0,00%	0	-	0	-
<b>Notificação</b>	25	10,33%	22	14,67%	8	16,67
<b>Penhora</b>	93	24,47%	74	31,36%	32	51,61
<b>Outros</b>	13	6,99%	21	14,00%	4	10,00
<b>Total Geral</b>	<b>147</b>	<b>15,15%</b>	<b>142</b>	<b>21,39%</b>	<b>55</b>	<b>27,50</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.05.2015)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	2013		2014		2015 (até abril)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
<b>Intimação</b>	2	100,00%	0	-	0	-
<b>Notificação</b>	462	27,43%	227	18,98%	70	24,48%
<b>Mandado</b>	185	52,41%	166	38,52%	65	34,57%
<b>Ofício</b>	4	9,09%	5	5,68%	1	4,00%
<b>Total</b>	<b>653</b>	<b>31,35%</b>	<b>398</b>	<b>23,21%</b>	<b>136</b>	<b>27,25%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 01.05.2015)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o caput do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade



Judiciária, observa-se, **em relação aos processos físicos**, que foram devolvidos 142 mandados após o decurso do prazo legal em 2014, valor correspondente a 21,39% de todos os mandados cumpridos, tendo havido aumento em relação aos dados de 2013, cujo percentual de mandados devolvidos com atraso alcançava 15,15% do total de mandados cumpridos. A penhora foi a espécie de mandado com maior percentual de devolução após o prazo legal em 2014 (31,36%), seguidas das citações (20,16%). Os dados parciais do ano de 2015 (janeiro a abril) apontam novo aumento do percentual de diligências cumpridas após o prazo legal (27,25%).

Quanto aos **mandados emitidos em processos eletrônicos**, constatou-se que 398 mandados foram devolvidos com atraso pela Central de Mandados em 2014, que equivale a 23,21% de todos os mandados cumpridos, índice menor que aquele verificado em 2013, em que constatado que 31,35% das diligências foram cumpridas após o prazo legal. Nos quatro primeiros meses de 2015, no entanto, verifica-se tendência de aumento do percentual de mandados cumpridos intempestivamente.

#### 4.3.5 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Erechim.

ABDALLAH RIBEIRO MAKKI						
INFOR						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até abril)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	03	03	01	01	00	00
<b>Citação</b>	25	24	20	21	07	07
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	60	60	31	34	19	19
<b>Penhora</b>	57	60	43	39	23	21
<b>Outros</b>	40	41	34	34	16	15
<b>Total</b>	<b>185</b>	<b>188</b>	<b>129</b>	<b>129</b>	<b>65</b>	<b>62</b>





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>PJe-JT</b>						
	<b>Total em 2013</b>		<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015 (até abril)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	01	01	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	232	225	213	222	64	63
<b>Mandado</b>	59	57	86	87	34	33
<b>Ofício</b>	08	08	18	18	06	06
<b>Total</b>	<b>300</b>	<b>291</b>	<b>317</b>	<b>327</b>	<b>104</b>	<b>102</b>

<b>ANTÔNIO FAGHERAZZI JÚNIOR</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2013</b>		<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015 (até abril)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	01	00	02	03	00	00
<b>Citação</b>	27	26	29	29	11	12
<b>Condução de Testemunha</b>	01	01	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	64	64	20	19	10	11
<b>Penhora</b>	116	113	65	65	09	12
<b>Outros</b>	45	45	30	30	04	04
<b>Total</b>	<b>254</b>	<b>249</b>	<b>146</b>	<b>146</b>	<b>34</b>	<b>39</b>
<b>PJe-JT</b>						
	<b>Total em 2013</b>		<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015 (até abril)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	01	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	450	474	311	310	53	56
<b>Mandado</b>	109	108	98	88	29	37
<b>Ofício</b>	11	12	13	13	05	05
<b>Total</b>	<b>570</b>	<b>595</b>	<b>422</b>	<b>411</b>	<b>87</b>	<b>98</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>EDER ISMAEL WEIERS</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2013</b>		<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015 (até abril)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	01	01	00	00	00	00
<b>Citação</b>	52	50	29	32	16	16
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	41	41	43	43	09	08
<b>Penhora</b>	63	66	47	47	08	07
<b>Outros</b>	34	32	27	28	11	11
<b>Total</b>	<b>191</b>	<b>190</b>	<b>146</b>	<b>150</b>	<b>44</b>	<b>42</b>
<b>PJe-JT</b>						
	<b>Total em 2013</b>		<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015 (até abril)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	287	288	202	203	62	61
<b>Mandado</b>	43	41	94	92	44	46
<b>Ofício</b>	07	07	29	29	04	04
<b>Total</b>	<b>337</b>	<b>336</b>	<b>325</b>	<b>324</b>	<b>110</b>	<b>111</b>

<b>RICARDO ALEXANDRE COSTA</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2013</b>		<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015 (até abril)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Citação</b>	32	31	22	23	05	04
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	36	39	17	17	04	03
<b>Penhora</b>	62	63	52	49	05	07



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Outros</b>	33	31	22	24	05	05
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>164</b>	<b>113</b>	<b>113</b>	<b>19</b>	<b>19</b>
<b>PJe-JT</b>						
<b>Total em 2013</b>		<b>Total em 2014</b>			<b>Total em 2015 (até abril)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	385	392	204	204	42	40
<b>Mandado</b>	71	71	101	100	39	38
<b>Ofício</b>	07	07	12	12	02	02
<b>Total</b>	<b>463</b>	<b>470</b>	<b>317</b>	<b>316</b>	<b>83</b>	<b>80</b>

<b>TANIA BEATRIZ BRENDLER</b>						
<b>INFOR</b>						
<b>Total em 2013</b>		<b>Total em 2014</b>			<b>Total em 2015 (até abril)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	01	01	00	00	00	00
<b>Citação</b>	25	25	19	19	11	11
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	38	38	37	37	07	07
<b>Penhora</b>	78	78	36	36	17	15
<b>Outros</b>	37	37	34	34	05	05
<b>Total</b>	<b>179</b>	<b>179</b>	<b>126</b>	<b>126</b>	<b>40</b>	<b>38</b>
<b>PJe-JT</b>						
<b>Total em 2013</b>		<b>Total em 2014</b>			<b>Total em 2015 (até abril)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	299	305	257	257	75	66
<b>Mandado</b>	76	76	64	64	37	34
<b>Ofício</b>	10	10	16	16	08	08



Total	385	391	337	337	120	108
-------	-----	-----	-----	-----	-----	-----

## **5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM**

A organização e funcionamento da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Erechim reflete de forma direta o comprometimento encontrado junto a sua pequena equipe de servidores. A unificação de dados cadastrais foi efetiva até a instalação do sistema PJe, que coincidiu com a criação da 3ª Vara em novembro de 2012. No que respeita à Central de Mandados, deve ser louvada a tendência geral de redução do prazo médio de cumprimento de mandados. Em 2014, houve diminuição do prazo médio em relação ao ano anterior. O eventual aumento desse prazo nos primeiros meses de 2015 deve ser visto com reserva, tanto em razão do pouco tempo para avaliação de um resultado definitivo, como em virtude do movimento grevista da categoria. Destaca-se, ainda, a atuação comprometida da Coordenadora da CCDF, Ivone Fátima Munarini, que esteve sempre à disposição da Corregedora e da sua equipe durante os dois de correção, possibilitando que os trabalhos transcorressem de forma fluida e dinâmica.

## **6 RECOMENDAÇÕES**

### **ITEM 3.6 (Livro carga de advogados)**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, §1º, da CPCR.

### **ITEM 4.3.4. (Mandados devolvidos com atraso)**

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

## **7 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Diretor, a Coordenadora e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Erechim, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Compareceu o Presidente da Subseção da OAB local, o advogado Alessandro Bonatto, que reforçou o pedido de designação de um Juiz Substituto efetivo para o Foro Trabalhista de Erechim; além disso, elogiou os Juízes Titulares atuantes no Foro e os servidores de todas as unidades em relação ao atendimento e relacionamento dispensado aos procuradores e partes em geral.



## **8 PRAZO PARA RESPOSTA**

A Coordenadora deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

## **9 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Diretor do Foro Luís Antônio Mecca, pela Coordenadora Ivone Fátima Munarini e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck**  
**Corregedora Regional**